

FOLHA DE LONDRINA

66 INFORME

O usuário não deve ser compelido a identificar-se para ter acesso a qualquer informação que o Poder Público já esteja obrigado a prestar espontaneamente”

06 NOV 2014

Rendimentos dos magistrados

Mais de dois anos após determinar a publicação nominal do rendimento de magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constatou que 13 unidades judiciárias ainda não cumprem a medida corretamente. Em decisão publicada na segunda-feira, a conselheira Luiza Frischeisen identificou atrasos, decisões indevidas e desconformidades com a resolução número 151, de 5 de julho de 2012, que regulamenta o assunto.

Casos paranaenses

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) não justificou por que omite o nome completo de servidores e de magistrados, enquanto o diretor da Seção Judiciária Federal do Paraná (TRF4) não explicou a ausência da lotação dos servidores.

Identificação do requerente

No caso do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), o solicitante é obrigado a fornecer nome, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), e-mail, endereço, cidade, Estado e declaração de veracidade das informações. A Corte paranaense justificou a medida pelo artigo 10 da Lei nº 12.527/2011, que diz que os pedidos de acesso à informação devem “conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida”.

Disponíveis

A conselheira destacou que a identificação só é necessária quando a informação não é obrigatoriamente fornecida pelo órgão público, pois isso permite que o solicitante seja contatado para receber a resposta. Segundo ela, esse não é o caso das remunerações, que devem estar disponíveis na íntegra. “O usuário não deve ser compelido a identificar-se para ter acesso a qualquer informação que o Poder Público já esteja obrigado a prestar espontaneamente”, justificou. A conselheira deu 15 dias para os problemas serem resolvidos.

Em dia

Apesar da constatação de que 13 unidades judiciárias não cumprem corretamente o que determina a resolução número 151 do CNJ, a maioria absoluta dos 91 tribunais brasileiros segue em dia com a obrigação de divulgação da remuneração de magistrados e servidores.

06 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Juiz autoriza depoimentos da Lava Jato no exterior

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A Justiça Federal do Paraná autorizou a realização de depoimentos de sete pessoas no exterior que tiveram algum tipo de envolvimento nas operações irregulares realizadas por empresas de Alberto Youssef, alvo das investigações da operação Lava Jato. Os testemunhos foram solicitados pela defesa de João Procópio Junqueira Pacheco de Almeida Prado, apontado pelo Ministério Público Federal (MPF) como um dos "laranjas" do doleiro e operador de várias contas.

Prado foi preso em São Paulo no final de junho após autoridades suíças bloquearem cerca de US\$ 5 milhões em contas ligadas a ele. Conforme a ação penal que tramita na Justiça, Youssef liderava um grupo criminoso dedicado à prática de crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas, e Prado seria o responsável pela administração e movimentação das contas no exterior utilizadas pelo grupo. Entre os fatos apresentados pelo MPF, consta a evasão, entre junho de 2011 e março deste ano, de US\$ 78,2 milhões mediante 1.114 contratos de câmbio para pagamento de importações fictícias envolvendo as empresas off shores DGX Imp. and Exp. Limited e RFY Imp. Exp. Ltda.

A Justiça inclusive já oficializou pedidos de cooperação jurídica internacional com os países onde os depoimentos serão realizados: Suíça, Reino Unido, Hong Kong, Panamá e Cingapura. Conforme decisão do juiz federal Sérgio Moro, "solicita-se que as autoridades do País requerido promovam a oitiva e colheita do depoimento da testemunha referida, com o posterior envio de seus depoimentos à 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba".

Além disso, o magistrado ressalta que "os depoimentos devem ser tomados por autoridades judiciárias e, como há acusados presos, solicita-se que sejam colhidos o mais rápido possível, com o envio deles tão logo se tornem disponíveis, se possível em prazo não superior a 60 dias".

Duas pessoas serão ouvidas em Cingapura: Martin E. de Cruz, que é citado pela Polícia Federal como "pessoa responsável por criar as empresas Savoy Trading e Onix, e que teria participado das operações aparentemente ilícitas"; e Leenah Ng, que, segundo a investigação, tem relações com as transações ocorridas na empresa Savoy, e também supostamente com João Procópio.

Na Suíça vão prestar depoimentos Alessandro Seralvo e Eric Kunz, funcionários do banco PKB, que são citados nas investigações como pessoas que manipularam dados, contas e informações que foram base para a acusa-

ção feita pelo MPF. Já no Panamá será ouvida Ida A. de Rodriguez, responsável pelas empresas Elba Services Ltda. e Solvang Holdings Ltda, Thingrass Services LLP, tendo mantido relações com o acusado João Procópio e, segundo as investigações, sabendo detalhes de todas as operações ilícitas realizadas.

No Reino Unido, Michael Reason, advogado responsável pela estruturação das empresas Santa Clara e Santa Tereza, que também são objeto da denúncia, vai prestar depoimento; e em Hong Kong, Wyman Leung, que é citado na investigação como responsável por algumas transações financeiras de pessoas jurídicas.

Além de Youssef e Prado, também são réus nesta ação a doleira Nelma Mitsue Kodama, Leonardo Meirelles, Leonardo Meirelles, Antônio Manuel de Carvalho Baptista Vieira, Matheus Oliveira dos Santos e Rafael Ângulo Lopez.

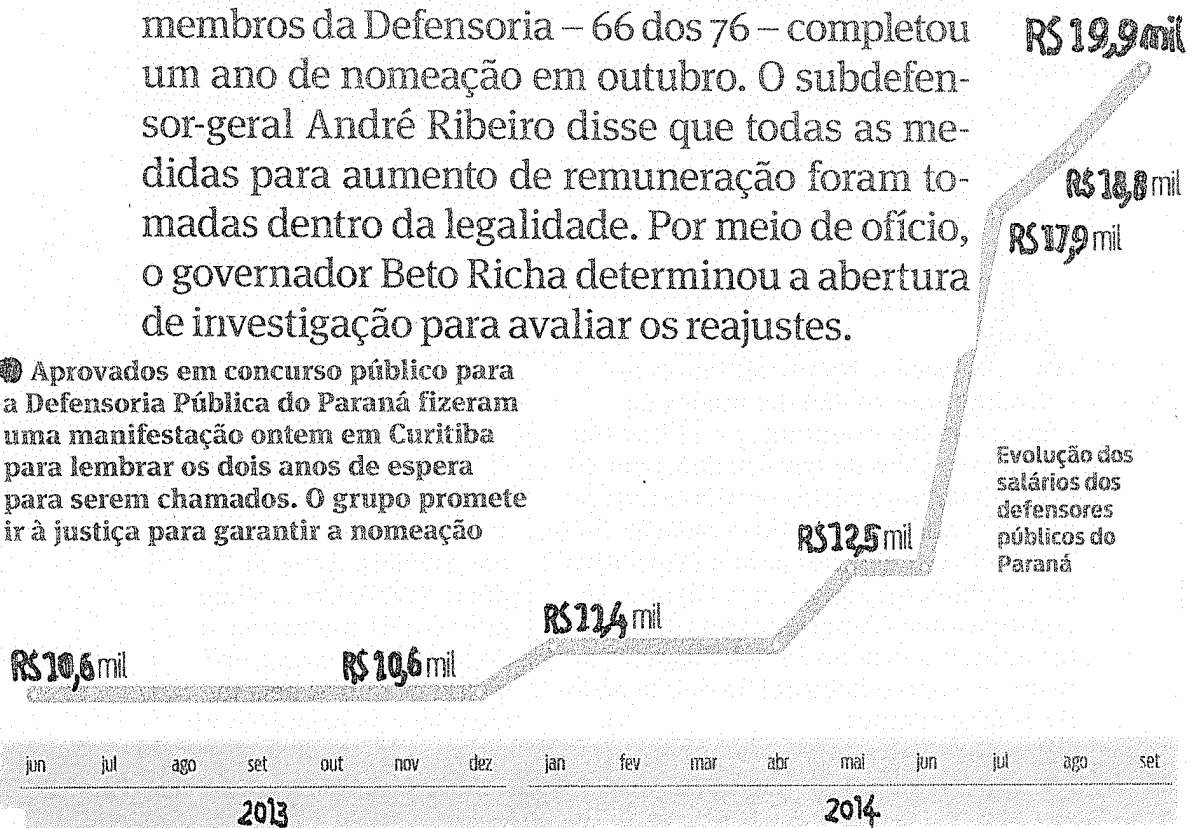
06 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Remuneração dos defensores públicos sobe 87% neste ano

O subsídio pago aos defensores públicos do Paraná subiu de R\$ 10,6 mil em dezembro de 2013 para R\$ 19,9 mil em setembro deste ano. A maioria dos membros da Defensoria – 66 dos 76 – completou um ano de nomeação em outubro. O subdefensor-geral André Ribeiro disse que todas as medidas para aumento de remuneração foram tomadas dentro da legalidade. Por meio de ofício, o governador Beto Richa determinou a abertura de investigação para avaliar os reajustes.

● Aprovados em concurso público para a Defensoria Pública do Paraná fizeram uma manifestação ontem em Curitiba para lembrar os dois anos de espera para serem chamados. O grupo promete ir à justiça para garantir a nomeação



06 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Remuneração de defensores públicos do PR sobe 87% em menos de um ano

O reajuste nos rendimentos foi feito por meio de manobras jurídicas, decididas em deliberações do Conselho Superior da Defensoria Pública e em resoluções da defensora-geral

Joana Neitsch

↑ Aumentos graduais ao longo deste ano levaram os defensores públicos do Paraná a ter um reajuste de 87% na remuneração nesse período. Detalhe: a maioria dos membros da Defensoria — 66 dos 76 — completou um ano de nomeação em outubro. Em dezembro do ano passado, o subsídio recebido era de R\$ 10.684,38 e, em setembro deste ano, chegou a R\$ 19.997,58 (veja gráfico ao lado).

O crescimento nos rendimentos foi feito por meio de diversas manobras jurídicas, decididas em deliberações do Conselho Superior da Defensoria Pública do Paraná e em resoluções da defensora-geral, Josiane Fruet Bettini Lupion. Em abril deste ano, uma resolução promoveu todos os membros da terceira para a primeira categoria na

carreira. A interpretação apresentada é que, conforme prevê a Lei Orgânica da Defensoria (Lei 136/2011), se não houver pessoas suficientes na segunda categoria, é possível fazer promoções direto da terceira para a primeira. Assim, todos os defensores foram promovidos de uma só vez. Para a promoção foram intercalados os critérios de merecimento e antiguidade, conforme prevê a lei.

A avaliação de merecimento, segundo a legislação, deve levar em conta itens como eficiência no desempenho, vida funcional, contribuição à organização e atuação em comarca com particular dificuldade. Como não havia tempo de atuação suficiente para fazer esse tipo de avaliação, uma resolução definiu que fossem consideradas as notas do concurso para fazer a classificação do merecimento. De qualquer forma, todos os defensores — a maioria antes mesmo de cumprir o estágio probatório — chegaram ao nível mais alto da carreira.

Equiparação

Após a promoção em massa, em julho, uma nova resolução equiparou os salários dos defensores nivelando por cima. A Lei Orgânica previa um plano com aumento salarial a cada cinco anos na carreira, mas o Conselho entendeu que o “adicional por tempo de serviço é incompatível com o conceito de parcela única”

que deve caracterizar o subsídio. Os ganhos extras pelo tempo na carreira passaram, então, pelo que a defensora-geral classificou como uma “adequação constitucional”. A Resolução 118/2014 transforma o valor que era adicional em parte do salário sob o argumento de que os ganhos são irredutíveis; o mesmo documento nega que isso seja incorporação ou reajuste.

Mas não foram apenas os defensores mais antigos que tiveram o aumento nos ganhos fixos. Todos passaram a receber o mesmo salário, com a justificativa de que não pode haver diferenças salariais entre membros que estão na mesma categoria da carreira. Ou seja, os subsídios foram nivelados, mais uma vez, por cima.

Matheus Carvalho, procurador da Fazenda Nacional e professor de direito administrativo do Complexo de Ensino Renato Saraiva, explica que o Supremo Tribunal Federal (STF) não admite alteração remuneratória com base no princípio da isonomia. Além disso, uma alteração no valor do subsídio dos procuradores teria de ser determinada por lei e não por uma decisão interna do órgão.

Já Gil Castelo Branco, da ONG Contas Abertas, relembra que a Defensoria ainda não está presente em todo o estado justamente por falta de recursos.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

06 NOV 2014

dos que foram aprovados no concurso para defensor, eles tinham um subsídio com valor definido [em edital] para receber”, avalia.

Colaborou: Kamila Mendes Martins

CONTINUAÇÃO ASCENSÃO RÁPIDA

“Do ponto de vista do interesse público seria melhor implantar a Defensoria em todos os lugares. Até porque essa não era a expectativa

Veja como as remunerações dos defensores públicos do Estado do Paraná evoluíram em um ano:

Em R\$

Junho de 2013

Neste período apenas advogados de carreira do estado que migraram para a defensoria atuavam

10,6 mil

Outubro de 2013

72 defensores aprovados em concurso público são nomeados

10,6 mil

11,4 mil

11,4 mil

12,5 mil

17,9 mil

18,8 mil

19,9 mil

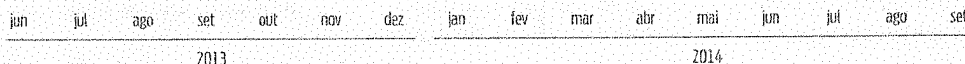
87,16%



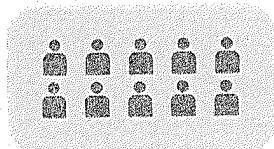
Aumento na remuneração

6,91%

Inflação entre jul/2013 e out/2014 (INPC)



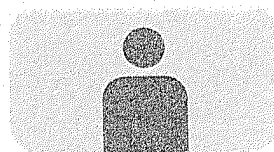
PROMOÇÃO EM MASSA



Deliberação 16/2014

04 de abril de 2014

Conselho Superior da Defensoria decide na Deliberação 16/2014 que quando não for possível medir o merecimento dos defensores, o critério adotado será a classificação em concurso público.



Deliberação 83/2014 e deliberação 118/2014

15 de abril de 2014

Por meio de uma única resolução, a 83/2014, a defensora pública-geral, Josiane Fruet Bettini Lupion, promove todos os defensores do terceiro para o primeiro nível da carreira, inclusive ela mesma. Foram intercalados os critérios de antiguidade e merecimento. E a Deliberação 16/2014 é citada entre os argumentos.

03 de julho de 2014

Na Resolução 118/2014, a defensora pública-geral, Josiane Fruet Bettini Lupion, determina que o adicional por tempo de serviço que os defensores mais antigos ganham é incompatível com o pagamento por subsídio, que deve ter parcela única. Sob o argumento de que os ganhos são irredutíveis, os complementos são incorporados ao subsídio. Todos os defensores passam a receber o que o mais antigo ganha, com a justificativa de que não deve haver diferença entre profissionais que estão na mesma categoria da carreira.

BENEFICIADOS: Todos os 76 defensores que atuam no estado

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

06 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Subdefensor diz que alterações são legais

A defensora pública-geral, Josiane Fruet Lupion, está em viagem ao interior do estado para o Mutirão Carcerário e, de acordo com a assessoria de imprensa, não poderia responder por telefone aos questionamentos da reportagem. Na ausência dela, o subdefensor público-geral André Ribeiro Gamberardino respondeu pela instituição. Segundo ele, todas as decisões tomadas pelo conselho ou por Josiane estão dentro da legalidade. Ele explica que, segundo o Ipea, o Paraná deveria ter pelo menos 844 defensores e os profissionais estão operando no limite.

Ainda de acordo com o defensor, o aumento nos subsídios em menos de um ano é uma questão jurídica “complexa” porque a Lei Orgânica misturou dois regimes de remuneração e foi preciso fazer uma adequação, já que o subsídio não pode ter adicionais.

Em 22 de outubro, depois de uma consulta da Associação dos Defensores Públicos do Paraná, o advogado Romeu Bacellar Filho emitiu parecer para justificar as decisões anteriores do Conselho Superior da Defensoria. Segundo o parecer, as defensorias têm autonomia funcional e administrativa. No entendimento do jurista, “o ato normativo não promoveu qualquer alteração do valor do subsídio”.

Sobre a decisão de promover todos os defensores de uma só vez, Gamberardino argumenta que todas as instituições públicas começam a estruturação pelos cargos mais altos e que os defensores precisavam dar lugar na categoria para os próximos que vão entrar — já há um novo concurso em andamento.

“Isso soa estranho, porque a gente não tem o exemplo de nenhuma outra instituição que esteja sendo criada neste momento.” Ele diz que os defensores em estágio probatório continuam sendo avaliados.

Concurso

O subdefensor público-geral alega que o único impedimento para a contratação dos servidores é a limitação fiscal do estado, pois, segundo ele, há recursos na Defensoria para contratá-los. “Somos totalmente favoráveis à entrada dos servidores e há previsão orçamentária para que sejam contratados ainda neste ano. Não há nenhuma relação entre o que se gasta com os defensores e algum tipo de óbice à entrada dos servidores.” O orçamento da Defensoria para 2014 é de cerca de R\$ 90 milhões. Para o próximo ano, ainda não está definido.

‘FARRA’

Governador determina abertura de investigação

Ontem, enquanto a apuração para esta reportagem era finalizada, o governador Beto Richa emitiu um ofício para o controlador-geral do estado, Carlos Eduardo de Moura, a fim de que um procedimento investigatório sobre a Defensoria Pública seja instaurado para que se apure se foram criadas vantagens salariais sem autorização legal. Beto Richa disse à **Gazeta do Povo** que considera “inaceitável” a rápida ascensão dos defensores públicos. “Estou perplexo ao receber a informação desses aumentos descabidos, considero isso uma farrá.” Para ele, o país como um todo passa por um momento em que “é preciso ter austeridade”. “Não tenho conhecimento de outra categoria que em menos de um ano teve [quase] 100% de aumento”, diz. Ele enfatiza que nenhum servidor do governo tem auxílio-alimentação, já os defensores recebem R\$ 710 por mês.

HISTÓRICO

A Defensoria Pública do Paraná foi a penúltima a ser criada no Brasil, em 2011, atrás apenas de Santa Catarina. Segundo a Constituição, a instituição deve oferecer orientação jurídica gratuita aos necessitados e a promoção dos direitos humanos.

CONTINUA

06 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Concursados exigem nomeação



Manifestantes "celebraram" dois anos de aprovação em concurso sem nomeação.

Taiana Bubniak

No início da manhã de ontem cerca de 15 manifestantes levaram bolo e vela para a sede da Defensoria Pública do Paraná, no Centro de Curitiba. A comemoração — irônica — lembra os dois anos da aprovação de 528 pessoas em concurso público para o órgão em cargos de agentes profissionais (ensino superior) e de técnicos judiciários (ensino médio). A nove dias de expirar o prazo de validade do certame (que já foi prorrogado uma vez), os concursados reclamam da falta de empenho para estruturação do órgão no estado, já que até o momento apenas 105 dos aprovados dentro do número de vagas previsto no edital foram nomeados.

“Nós questionamos o governo, mas eles dizem que não têm previsão por causa do limite prudencial [dos gastos com servidores públicos exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal]”, reclama Bruno Cordeiro, um dos organizadores do ato. O grupo agora se organiza juridicamente para garantir a nomeação de todos os aprovados

no número de vagas do edital.

O governo do estado, por meio da assessoria de imprensa, confirma que o motivo do atraso nas nomeações é, de fato, o gasto com o funcionalismo, que não pode aumentar. No balanço do segundo quadrimestre deste ano, a folha de pagamento alcançava 48,10% da receita corrente líquida. A assessoria não soube informar qual a saída para que os concursados não percam seus direitos. “O que queremos é simples: que a lei seja cumprida e nosso direito respeitado”, diz o texto do manifesto entregue pelos concursados aos usuários da Defensoria que aguardavam atendimento.

06 NOV 2014

GAZETA DO POVO

» INDENIZAÇÃO

‘Vaquinha’ arrecada mais de R\$ 11 mil para ajudar agente a pagar multa a juiz

RIO DE JANEIRO
Agência O Globo

Internautas que se mobilizaram para apoiar Luciana Silva Tamburini, a agente da Operação Lei Seca condenada a pagar R\$ 5 mil ao juiz João Carlos de Souza Correa, já arrecadaram mais de R\$ 11 mil em um site de financiamento coletivo (vakinha). A solidariedade surpreendeu a profissional, hoje licenciada da função. “Nossa, eu achei muito legal. Se Deus quiser, vou reverter a decisão em terceira instância e vamos doar o valor arrecadado a alguma instituição. Essa solidariedade é o que importa. Estamos fazendo nosso trabalho. Saber que estão do nosso lado nos incentiva. O nosso governo só desincentiva. E a gente fica com medo de fazer o trabalho”, comemora.

O processo que envolve Luciana e Correa teve início há três anos e meio, quando o juiz foi parado numa blitz da Operação Lei Seca, no Leblon. Ele dirigia um Land Rover sem placa e documentação, não estava com a habilitação e deu voz de prisão a Luciana, quando ela disse que o magistrado “não era Deus”. A agente chegou a ser levada para a delegacia naquela noite.



Campanha para ajudar Luciana vai até terça-feira.

Na última sexta-feira, o desembargador José Carlos Paes, da 36.^a Vara Cível do Rio, entendeu que foi Luciana quem “agiu com abuso de poder, ofendendo o réu, mesmo ciente da função pública desempenhada por ele”. Revoltados com a multa, internautas de várias partes do país criaram uma vaquinha virtual para ajudar no pagamento. Organizadora da mobilização, a advogada Flávia Penido ficou sabendo da decisão pelo Twitter.

A vaquinha ficará no ar até terça-feira da semana que vem, quando a campanha “#juiznãoédeus” vai completar uma semana. “O TJ (Tribunal de Justiça) do Rio achou que Luciana não merecia uma indenização, mas nitidamente esse não é o entendimento da sociedade. O remanescente que foi arrecadado será doado como uma indenização da sociedade à Luciana. Foi um pedido das pessoas que contribuíram, e achamos correto”, explica a advogada que organizou a campanha.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Rio, o juiz João Carlos de Souza Correa não vai se manifestar sobre o caso. Ele está lotado hoje no 18.^o Juizado Especial Criminal de Campo Grande.

06 NOV 2014

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Em busca de autonomia

Membros da Advocacia Pública Federal fizeram ontem um ato público, nas escadarias do prédio central da UFPR, em Curitiba, pedindo a aprovação da PEC 82, a chamada PEC da Probidade, que confere autonomia à advocacia pública. A manifestação reuniu cerca de 60 procuradores, entre advogados da União, procuradores federais, procuradores da Fazenda nacional e procuradores do Banco Central. Segundo eles, sem autonomia o advogado público não tem os instrumentos necessários para se impor diante das pressões políticas, nem enfrentar a constante ameaça de aparelhamento da advocacia pública por meio de nomeações.

Prisão mantida

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou ontem duas questões levantadas pela defesa de Luiz Estevão e manteve a prisão do ex-senador. Os advogados de Estevão queriam a cassação da decisão monocrática do ministro Dias Toffoli que determinou a baixa do processo para a Justiça Federal de São Paulo e permitiu o início do cumprimento da pena. O ex-senador foi preso no dia 27 de setembro em Brasília e levado para São Paulo, onde começou a cumprir a pena de 3 anos e meio de reclusão na Penitenciária Tremembé II. Na semana passada, Estevão foi transferido para o Centro de Detenção Provisória, em Brasília.

ENTRE LINHAS

Movimento das mulheres

Na semana que vem, na quinta e na sexta, a prefeitura de Maringá promove a 1ª Mobilização pelo Direito das Mulheres, no Hotel Bristol. O evento é realizado em parceria com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do Tribunal de Justiça, e a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Com vagas limitadas, a mobilização trará palestras sobre "Tráfico de Mulheres", "Atendimento aos Autores de Violência Doméstica" e "Feminicídio", entre outros temas. Inscrições: <http://bitly.com/mobilizaçãomulher>

COLUNA DO LEITOR

Auxílio-moradia

Auxílio-moradia
"O grande problema não é o valor pago e sim o serviço prestado. E nesse ponto nosso Judiciário deixa a desejar, salvo raras exceções."

Marcos Santana, via Facebook, sobre o auxílio-moradia aos juizes.

TSE descarta auditoria na eleição, mas libera documentos ao PSDB

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) descartou na terça-feira a organização de uma auditoria pela Corte no sistema de apuração e totalização do segundo turno das eleições presidenciais, mas atendeu ao pedido do PSDB para liberar documentos relativos à votação. Segundo os ministros, os documentos já são disponibilizados. Não foi admitida, contudo, a organização de uma comissão de análise formada pelos partidos para auditar os documentos.

06 NOV 2014

GAZETA DO POVO

» SEM SOLUÇÃO

Caso Rachel

Genofre

completa

seis anos

Luan Galani

Ontem completaram-se seis anos desde que uma mala com o corpo da menina Rachel Genofre, de 9 anos, foi encontrada na Rodoviária de Curitiba. O caso prossegue sem solução. “Essa data representa muita dor e frustração, porque não ainda temos nenhuma resposta”, diz a mãe da menina, Maria Cristina Oliveira, 33 anos. A advogada Cássia Bernardelli, que representa a família, confia que vai à polícia quinzenalmente atrás de novidades. A família moveu uma ação na Justiça contra o estado do Paraná. A intenção é que o estado seja responsabilizado pelas falhas que teriam ocorrido na investigação. Cássia cita o exemplo dos sacos em que Rachel foi encontrada. “Ela foi esquartejada e disposta em sacos pretos, mas, quando o corpo chegou ao Instituto Médico Legal, ela estava em sacos azuis. Muitas provas se perderam dessa maneira.” A Secretaria de Estado da Segurança Pública disse que não pode divulgar informações sobre o caso porque o inquérito corre em segredo de Justiça desde 2013. Ao todo foram realizados mais de 150 exames de material genético de suspeitos, mas todos os testes deram negativo.

06 NOV 2014

BEMPARANÁ

Ponta Grossa

Justiça bloqueia bens de ex-prefeito

A 1.^a Vara de Fazenda Pública de Ponta Grossa (região dos Campos Gerais) determinou o bloqueio dos bens do ex-prefeito Pedro Wosgrau Filho (PSDB), nas gestões 2005/2008 e 2009/2012 e do ex-secretário municipal de Planejamento no período, José Ribamar Krüger, bem como de dois sócios de uma empresa de engenharia, para garantir futuro ressarcimento aos cofres públicos de recursos públicos mal-empregados na construção da Arena Multiuso da cidade. A decisão, em caráter liminar, foi proferida a partir de ação civil pública ajuizada na semana passada pela

12.^a Promotoria de Justiça da comarca, apontando irregularidades na licitação e execução das obras.

O Ministério Público aponta que a construção do complexo esportivo, além de estar paralisada há cerca de dois anos, tem várias irregularidades, como banheiros transparentes, quadras esportivas fora das dimensões oficiais, infiltrações de água, salas sem ventilação, entre outros problemas estruturais. Conforme a ação, a prefeitura, no ano de 2008, fez empréstimo junto à Agência de Fomento do Paraná, no valor de R\$ 6,8 milhões, para financiar o projeto de construção do complexo esportivo.

Condenado

O Tribunal de Justiça (TJ-PR) condenou o ex-prefeito de Alvorada do Sul (Norte do Estado), João Eudes de Alencar a devolver mais de R\$ 17 milhões aos cofres municipais. Ele foi condenado por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito por ter supostamente participado de um esquema que desviou recursos da prefeitura ao autorizar a compra do prédio onde ficava o Hospital e Maternidade São Bento, que, na época, pertencia ao ex-prefeito. Além dele, oito vereadores e dois engenheiros também foram condenados. A condenação ocorreu no dia 29 de outubro, e ainda não há prazo de quando o dinheiro irá retornar aos cofres públicos.

Superfaturamento

Segundo a ação, a fraude teria ocorrido em 1992 quando Alencar foi eleito prefeito. O hospital estava fechado pela Vigilância Sanitária há três anos e após a eleição, o então prefeito começou uma negociação para reabri-lo. O prédio em que o hospital funcionava foi comprado pela prefeitura. A decisão foi aprovada rapidamente pelos vereadores. Na época, a prefeitura pagou R\$ 288 mil pelo prédio, mas uma perícia apontou que a construção valia R\$ 205 mil.

06 NOV 2014

BEM PARANÁ

Consciência Negra

Data ainda não será feriado em Curitiba

O Dia da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro, continua suspenso como feriado, segundo informações da Procuradoria Jurídica da Câmara de Curitiba. A data foi aprovada e determinada por lei municipal no ano passado. Em decisão liminar, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) suspendeu o feriado mas, até agora, ainda não publicou acórdão sobre o tema.

Em novembro de 2013, a Câmara entrou com uma reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), questionando a competência do TJ para decidir sobre a suspensão da lei. O Legislativo municipal pediu a derrubada da decisão do TJ-PR, requerendo o vigor da norma, mas o pedido foi negado pelo

ministro Gilmar Mendes.

Segundo o entendimento da Procuradoria Geral da República (PGR), sobre a Reclamação (RCL 16757), feita pela Câmara de Curitiba, não houve usurpação do TJ-PR em determinar a suspensão do feriado. O processo continua em tramitação no Supremo.

Durante a sessão plenária de ontem, o presidente do Legislativo, Paulo Salamuni (PV), declarou que acata a determinação, mas que lamenta a decisão. "Me causa espécie; por que em outras mil cidades há o feriado e aqui não", disse. A lei foi questionada na justiça estadual pela Associação Comercial do Paraná e pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná.

06 NOV 2014

BEMPARANÁ

Salários

Mais de dois anos após determinar a publicação nominal do rendimento de magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constatou que 13 unidades judiciárias ainda não cumprem a medida corretamente. Em decisão publicada na segunda-feira, a conselheira Luiza Frischeisen identificou atrasos, decisões indevidas e desconformidades com a resolução que regulamenta o assunto. Entre os 15 tribunais e sete seções federais questionados está o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), que segundo o CNJ, não justificou por que omite o nome completo de servidores e de magistrados. Já a direção da seção Judiciária Federal do Paraná (TRF4) não explicou a ausência da lotação dos servidores.

Cadastro

No caso do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), o solicitante é obrigado a fornecer nome, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), e-mail, endereço, cidade, estado e declaração de veracidade das informações. A Corte paranaense justificou a medida pelo artigo 10 da Lei nº 12.527/2011, que diz que os pedidos de acesso à informação devem “conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida”. A conselheira destacou que a identificação só é necessária quando a informação não é obrigatoriamente fornecida pelo órgão público, pois isso permite que o solicitante seja contatado para receber a resposta. Segundo ela, esse não é o caso das remunerações, que devem estar disponíveis na íntegra. “O usuário não deve ser compelido a identificar-se para ter acesso a qualquer informação que o Poder Público já esteja obrigado a prestar espontaneamente”, justificou.

06 NOV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

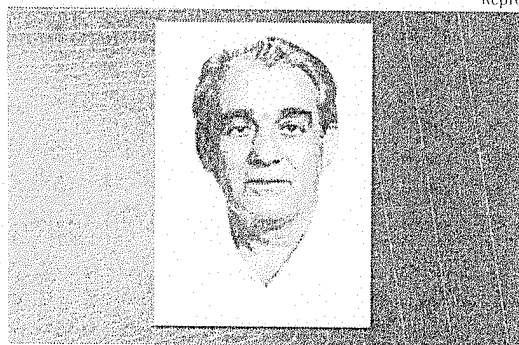
Ex-prefeito terá que devolver mais de R\$ 17 milhões

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) condenou o ex-prefeito de Alvorada do Sul, no norte do Paraná, João Eudes de Alencar a devolver mais de R\$ 17 milhões aos cofres municipais. Alencar foi condenado por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito por ter participado de um esquema que desviou recursos da prefeitura ao autorizar a compra do prédio onde ficava o Hospital e Maternidade São Bento, que, na época, pertencia a ele mesmo. Além dele, oito vereadores e dois engenheiros

também foram condenados. A condenação ocorreu no dia 29 de outubro, e ainda não há prazo de quando o dinheiro irá retornar aos cofres públicos.

A fraude ocorreu em 1992 quando Alencar foi eleito prefeito. O hospital estava fechado pela Vigilância Sanitária há três anos e após a eleição, o então prefeito começou uma negociação para reabri-lo. O prédio em que o hospital funcionava foi comprado pela prefeitura. A decisão foi aprovada rapidamente pelos vereadores. ●

Repro



O prefeito vendeu o próprio hospital ao município

NOTA POLÍTICA

Consciência Negra

O feriado do Dia da Consciência Negra, a ser comemorado em 20 de novembro, continua suspenso, segundo informações da Procuradoria Jurídica da Câmara de Curitiba. A data foi aprovada e determinada pela lei municipal 14.224/2013. Em decisão liminar, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) suspendeu o feriado, mas, até agora, ainda não publicou acórdão sobre o tema.

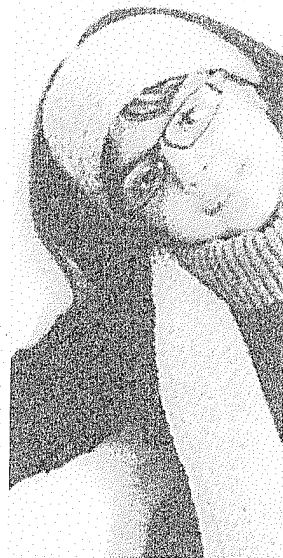
06 NOV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Caso Raquel Genofre completa seis anos sem solução

O assassinato da menina Raquel Maria Lobo de Oliveira Genofre, que teve o corpo encontrado dentro de uma mala na Rodoviária de Curitiba, completa seis anos nesta quarta-feira (5) sem solução. Raquel Genofre tinha 9 anos e desapareceu após sair de uma escola pública no Centro de Curitiba por volta das 17h30 do dia 3 de novembro de 2008. O corpo foi encontrado na mala dois dias depois com sinais de violência e estrangulamento. Segundo a Polícia Civil, mais de 100

exames de DNA já foram realizados na tentativa de encontrar o suspeito do crime, mas todos deram negativo. Catorze suspeitos chegaram a ser interrogados e alguns foram detidos, mas foram soltos por falta de provas. O caso segue em segredo de Justiça e está sob responsabilidade da delegada Maritza Haisi. Conforme a Polícia Civil, o inquérito não foi arquivado. Com informações do G1 Paraná. ■




Raquel foi encontrada morta dentro de mala

06 NOV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

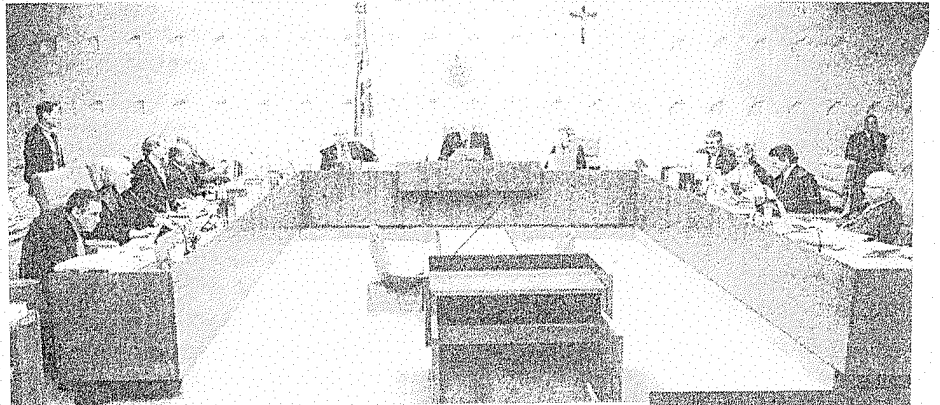
Aprovado salário de quase R\$ 36 mil para ministros do STF


Supremo diz que aumento foi calculado pela inflação de 2009 a 2013

 O aumento dos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República dos atuais R\$ 29.462,25 para R\$ 35.919,05 foi aprovado nesta quarta-feira (5), pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados.


Foi a primeira votação dos projetos que tornam maiores os salários do Poder Judiciário. Os projetos precisam, ainda, ser aprovados pelas comissões de Finanças e Tributação e pela de Constituição e Justiça antes da votação em plenário.

De acordo com o STF e



 Ministro do STF podem receber aumento salarial de 21,9%

com o Ministério Público da União, o aumento de 21,9% foi calculado com base na reposição das perdas salariais decorren-

tes da inflação de 2009 a 2013, mais a projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo para 2014. 

Foi a primeira votação dos projetos que tornam maiores os salários do Poder Judiciário

06 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF3 – PESCADOR ARTESANAL RECEBERÁ SEGURO-DESEMPREGO DURANTE O PERÍODO DE DEFESO

O desembargador federal Walter do Amaral, da Nona Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) julgou procedente o pedido de um pescador artesanal de São José do Rio Preto/SP que buscava o pagamento de seguro-desemprego durante o período de defeso do ano de 2007, da espécie piracema.

O relator esclarece que o período de defeso é estabelecido pelo IBAMA e corresponde à época de reprodução de peixes e crustáceos em que as atividades de caça, coleta e pesca, tanto esportivas como comerciais, ficam proibidas ou controladas.

Assim, durante esse período, os pescadores artesanais que sobrevivem exclusivamente da atividade pesqueira têm direito ao recebimento do seguro-desemprego, pois estão impedidos legalmente de trabalhar.

O desembargador federal explicou que a Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003, regula o seguro-desemprego do pescador artesanal, e exige, entre outros requisitos, que ele apresente atestado da colônia de pescadores a que esteja filiado que comprove que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

STF MANTÉM PRISÃO DO EX-SENADOR LUIZ ESTEVÃO

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) negou ontem pedido para anular a decisão do ministro Dias Toffoli, que determinou a prisão do ex-senador Luiz Estevão.

A defesa de Estevão havia questionado a possibilidade de um ministro da Corte determinar o trânsito em julgado do processo de forma individual, sem decisão proferida pelo colegiado. Por unanimidade, os ministros entenderam que não há irregularidades na decisão de Toffoli.

06 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MP/PR – PROMOTORIA PROCESSA EX-PREFEITO E EMPRESA DE ENGENHARIA POR IRREGULARIDADES NA ARENA MULTIUSO

A 12.^a Promotoria de Justiça de Ponta Grossa (Campos Gerais) ajuizou ação civil pública, por ato de improbidade administrativa, contra o ex-prefeito do Município (gestões 2005/2008 e 2009/2012), o ex-secretário de Planejamento, uma empresa de engenharia e construções e seus dois sócios, por irregularidades na licitação e execução das obras da Arena Multiuso de Ponta

Grossa, um complexo esportivo localizado na Avenida dos Vereadores. O Ministério Público da comarca aponta que a obra, orçada em quase R\$ 9 milhões, além de estar paralisada há cerca de dois anos, tem banheiros transparentes, quadras esportivas fora das dimensões oficiais, infiltrações de água, salas sem ventilação, entre outros problemas estruturais.

C. FED. – COMISSÃO APROVA REAJUSTE PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E SERVIDORES DO JUDICIÁRIO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (5), os projetos de lei 7917/14 e 7918/14, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Ministério Público da União (MPU), respectivamente, que aumentam de R\$ 29.462,25 para R\$ 35.919,05 o salário dos ministros do STF e do procurador-geral da

República a partir de janeiro de 2015. O valor é usado como teto salarial do funcionalismo público.

De acordo com o STF e o MPU, o aumento de 21,9% foi calculado a partir da reposição das perdas da inflação de 2009 a 2013 somadas à projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo (IPC-A) para 2014, em um total de 16,11%.

TRF4 – TRIBUNAL DISPONIBILIZA MAIS DE R\$ 1,2 BILHÃO EM PRECATÓRIOS ALIMENTARES A PARTIR DA PRÓXIMA QUARTA

O Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4) informa que o pagamento dos precatórios alimentares de 2014 devidos pela União Federal (autuados entre 02/07/2012 e 01/07/2013), suas autarquias e fundações estará disponível para saque pelos beneficiários

a partir da próxima quarta-feira (12/11). O valor de R\$ 1.243.641.546,44 se refere aos precatórios alimentares inscritos na proposta orçamentária de 2014. Desse total, R\$ 846.707.947,70 correspondem a 15.517 precatórios decorrentes de ações contra o INSS.

06 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

JUSTIÇA

Gil Rugai se entrega e é levado para Tremembé

O publicitário Gil Rugai foi transferido no fim da tarde de ontem para a Penitenciária II de Tremembé, no interior de São Paulo. Condenado no ano passado a 33 anos e nove meses de prisão em regime fechado pela morte do pai e da madrasta, em 2004, Rugai se entregou à polícia na manhã de ontem e, inicialmente, foi levado ao Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP). Ele teve a prisão decretada anteontem pelo Tribunal de Justiça, após a anulação do seu julgamento ser negada.

SÔNIA RACY Febre?

Consta que Dilma consultou senadores aliados sobre o nome de José Eduardo Cardozo para a vaga de Joaquim Barbosa no STF. Como resposta, teria ouvido que pode haver resistência na Comissão de Constituição e Justiça.

Mar vira sertão?

X Leticia Weber, mulher de Aécio, disse ao marido que toparia se mudar de Ipanema para Brasília. Um "sacrifício" para que ele se mantenha próximo de... Dilma, fazendo oposição. O senador ficou de pensar.

05 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

JOSÉ RENATO NALINI

Para onde vamos?

O relatório *Justiça em Números 2014*, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), fornece

farto material para a reflexão cuja urgência tenho tentado demonstrar. O sistema de Justiça necessita de maior atenção da sociedade brasileira. O fato de termos mais faculdades de Direito do que a soma de todas as outras existentes no restante do planeta não nos converteu na República mais justa sobre a face da Terra. Mas produziu quase 100 milhões de processos, numa judicialização da vida inexistente em qualquer outra nação.

São Paulo, espaço privilegiado para toda espécie de pesquisa, pois concentra expressões de primitivismo, de medievo, de modernidade e de pós-modernidade, é eloquente em seus dados. O Tribunal de Justiça (TJSP) recebeu orçamento de R\$ 7.658.857.221, ou 0,49% do PIB, num decréscimo de 1,4% em relação a 2012. Tais recursos se destinam ao custeio de pessoal, numa redução de 4,2% no cotejo com 2012. O total de servidores é de 65.937, considerados os efetivos, os cedidos, requisitados, terceirizados e estagiários.

Servem diretamente a 441 magistrados de segundo grau e a 1.944 de primeiro grau, responsáveis por 21.030.402 processos em curso. A taxa de congestionamento é de 82,4%. Mas as execuções fiscais têm uma taxa de congestionamento de 91%. E todos sabem que cobrar dívidas da União, do Estado e do município não deveria ser atribuição do Poder Judiciário. Este carrega o fardo de

Sem uma conjugação de vontades o que se avizinha em termos de Justiça é de assustar

receber milhões de certidões de dívida ativa, grande parte oriunda de cadastros mal elaborados, e não consegue fazer o Parlamento enxergar a situação e liberar a Justiça desse encargo que só impede a celeridade na solução dos conflitos.

A Justiça Estadual, a mais prejudicada, representa 69,2% de todo o Judiciário brasileiro. Concentra 55% das despesas e 78% dos processos. Mas está sobrecarregada também por suprir competência da Justiça Federal. Se o TRF da 3.^a Região é o maior do Brasil, o segundo tribunal federal em números é o TJSP, em razão dos processos federais – execuções fiscais e previdenciários – que julga como se Justiça Federal fora. Sem compensação, sem entrar na partilha dos recursos que a União reserva à sua Justiça.

Compreende-se que o governo tenha de atender a outras necessidades e que o orçamento ideal precisa curvar-se à reserva do possível. Mas a situação paulista é emblemática. A população clama por mais comarcas e mais juizes. Estes reivindicam mais servidores. Mas enquanto o orçamento geral do Estado cresceu 97% nos últimos sete anos, o orçamento destinado ao Judiciário cresceu apenas 54%. Inicia-se o ano com déficit e até obrigações que tiveram a participação dos dois outros Poderes restam sem condição de atendimento. É o caso da gratificação cartorária e do adicional de qualificação, benefícios cria-

dos no final de 2013 mediante projetos de lei que foram aprovados pela Assembleia Legislativa e promulgados pelo Executivo, sem a devida provisão de recursos orçamentários.

O caminho é a informatização. Esta caminha a passos largos, já atingiu toda a segunda instância, mas na primeira esbarra na lentidão da Segurança Pública. O inquérito policial ainda é elaborado em papel. As varas criminais e as cumulativas, que recebem processos tanto cíveis como penais, não podem ser informatizadas inteiramente. O trabalho híbrido é dificultoso e cria embargos ao público interno – servidores e juizes – e também ao público externo – os demais profissionais da área jurídica.

Outra possibilidade ou alternativa relevante é uma gestão mais inteligente. O universo da Justiça permaneceu autista e desvinculado das conquistas da tecnologia – bem aproveitadas, aliás, por outros setores. A tramitação das ações judiciais ainda é submetida a proceduralismos estéreis, a uma burocracia invencível e a uma nítida resistência a abdicar de ortodoxias que impedem o Judiciário de acertar o passo com a contemporaneidade.

O CNJ deveria propiciar estímulo para que boas práticas sejam disseminadas, oferecer modelos de gestão já validados pela experiência, fortalecer a criatividade e monitorar projetos-piloto destinados a implementar a fruição do direito à razoável duração do processo. Espera-se que essa gestão direcione o colegiado a se tornar um verdadeiro Ministério do Planejamento do Judiciário, mais do que feitor das iniciativas locais.

CONTINUA

05 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Na prática, os tribunais tiveram de improvisar razoáveis estruturas para responder aos ofícios e requisições do CNJ, com isso dificultando o atendimento às prioridades e metas estabelecidas por esse mesmo conselho.

O Supremo Tribunal Federal poderia contribuir para desafogar as Cortes locais se encarasse a missão de indicar à Nação o que vale e o que não vale na legislação presumivelmente vigente. As repercussões gerais represam nos tribunais centenas de milhares de processos. O clamor é geral e a parte não entende por que uma ação iniciada tantos anos atrás não chega ao término.

O Parlamento poderia ao menos racionalizar o quadro caótico de uma Justiça de quatro instâncias e mais de 80 possibilidades de reapreciação do mesmo tema, num labirinto recursal que alegra quem não tem razão e, portanto, não quer que o processo acabe.

E a sociedade nacional, diante dessa melancólica situação, poderia conscientizar-se de que litigar não é a solução. Talvez seja mais nefasto do que transigir em parte e chegar a um acordo. Assumir a pacificação como meta, protagonizar o encaminhamento de seus problemas por meio do diálogo, da discussão e da argumentação e deixar a sofisticação Judiciária para uma complexidade que nem sempre está no volume patológico de ações em curso por todos os tribunais e instâncias brasileiras.

Sem essa conjugação de vontades o que se avizinha para o Brasil em termos de Justiça convencional é algo que pode assustar mais que reacender a esperança em dias melhores.



06 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

OAB e 3 entidades de juizes se manifestam contra PEC da Bengala

DE SÃO PAULO - A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e três entidades ligadas à magistratura lançaram manifesto contra a PEC da Bengala, proposta de emenda à Constituição que amplia de 70 para 75 anos a idade limite para a permanência de juizes, desembargadores e ministros de tribunais superiores.

Além da OAB, assinam ainda a Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil), a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e a Anamatra (Associação Nacional dos magistrados da Justiça do Trabalho).

Para as entidades, a PEC imobiliza a carreira ao deixar magistrados por mais tempo nos postos de comando, impedindo a ascensão dos mais jovens.

PAINEL DO LEITOR

PEC da bengala

Cheio de razão o editorial "A idade da razão" ("Opinião", 5/11). Porém faltou propor agregar a categoria profissional em que isso seria mais produtivo e relevante para o país: a dos professores universitários. É lamentável, que, ao contrário de países avançados, catedráticos renomados caiam na expulsória quando muito ainda poderiam contribuir para a pesquisa, o ensino e a inovação, temas estratégicos. Sobre tudo quando universidades públicas sofrem com inchaço da máquina e relação funcionário/aluno em níveis absurdos, em detrimento do corpo docente, que escasseia por falta de concursos e pela aposentadoria precoce.

MARCELO MORGADO (São Paulo, SP)

06 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Pôr imagens íntimas na internet pode virar crime

Projeto foi aprovado por comissão da Câmara

A exposição pública da intimidade sexual e as chamadas "vinganças pornô" podem se tornar crime.

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (5) uma proposta que altera o Código Penal e transforma em crime esse tipo de ação.

O projeto fixa punição com detenção de três meses até um ano para quem "ofender a dignidade ou o decoro de pessoas com quem mantém ou manteve relacionamento ao divulgar imagens, vídeos ou outro material com cenas de nudez ou de atos sexuais" sem autorização da vítima.

Segundo deputados, a proposta avança em relação à chamada Lei de Cibercrimes, conhecida como Lei Carolina Dieckmann, que tornou crime invadir ou adulterar computadores, criar programas que permitam violar sistemas e divulgar dados obtidos sem autorização.

Também valerá para quem expuser imagens de atos perpetrados contra a vítima, como estupro coletivo, tendo o autor do crime eletrônico participado ou assistido ao evento criminoso.

Em outra frente, o Marco Civil da Internet acelera a retirada desse tipo de material, dispensando uma autorização judicial para remoção do conteúdo impróprio da rede mundial de computadores.

O texto precisa ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça antes de ser enviado para o Senado.

'Vaquinha' para fiscal condenada a pagar juiz obtém R\$11 mil

DO RIO, DE SÃO PAULO - A fiscal de trânsito Luciana Tamburini, 34, condenada a pagar uma indenização de R\$ 5.000 ao juiz João Carlos de Souza Correa por ter dito que ele "não era Deus" durante uma abordagem comemora a mobilização popular que seu caso teve na internet.

Uma "vaquinha" on-line para ajudá-la arrecadou R\$ 11.441,13 em 24 horas. O caso aconteceu em 2011 no Rio.

Luciana disse à **Folha** que espera não precisar usar o dinheiro do financiamento coletivo. Ainda nesta semana, ela vai entrar com recurso no STJ (Superior Tribunal de Justiça) para reverter a multa.

A ação que resultou na multa foi aberta por Tamburini. A **Folha** procurou o juiz e o desembargador responsável pela decisão, mas, segundo o Tribunal de Justiça do Rio, eles não iriam se manifestar sobre o caso.

Rugai se entrega após Justiça negar anulação de sentença

DE SÃO PAULO - O ex-seminarista Gil Rugai se entregou à polícia nesta quarta (5). O Tribunal de Justiça decidiu na terça (4) negar o pedido de anulação do julgamento que condenou Rugai pelo assassinato do pai e da madrasta em março de 2004. Rugai chegou à sede do DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa) por volta das 8h30, em um carro da Polícia Civil, acompanhado de um delegado e de um advogado.

O colegiado determinou ainda, por unanimidade, a expedição de um mandado de prisão imediata. Há cinco anos um habeas corpus, que mantém Rugai em liberdade, aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal. Rugai foi condenado a 33 anos e nove meses de prisão em fevereiro de 2013. A defesa entrou com um recurso contra as provas apresentadas pela acusação.

06 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Doleiro diz que Gleisi recebeu R\$ 1 milhão

Dinheiro foi para campanha ao Senado, segundo Youssef; petista nega ter recebido recurso

O doleiro Alberto Youssef disse em depoimento ao Ministério Público Federal que deu R\$ 1 milhão à campanha que elegeu Gleisi Hoffmann (PT-PR) ao Senado, em 2010.

Gleisi foi também chefe da Casa Civil no governo da presidente Dilma Rousseff entre junho de 2011, quando Antonio Palocci deixou o cargo, e fevereiro deste ano.

Segundo o doleiro, o montante foi entregue em quatro parcelas, em espécie, ao dono do shopping Total de Curitiba, Michel Gelhorn.

Três das parcelas foram entregues no próprio shopping, de acordo com Youssef.

O empresário é sócio do apresentador de TV Carlos Massa, o Ratinho, em outro shopping em Curitiba, o Park-Shopping Barigüi.

O depoimento do doleiro foi prestado aos procuradores que atuam na Operação Lava Jato no acordo de delação premiada que ele fez.

O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa já havia citado em sua delação que a campanha de Gleisi recebera R\$ 1 milhão.

Costa confirmou que uma anotação que havia num de seus cadernos apreendidos pela Polícia Federal ("P.B., O.1") era uma referência cifrada a essa doação.

Ainda de acordo com Costa, P.B era Paulo Bernardo, marido de Gleisi.

Em 2010, quando foi feita a anotação pelo ex-diretor da Petrobras, Paulo Bernardo era o ministro do Planejamento do governo Lula. Em 2011, com a posse de Dilma Rousseff, assumiu a pasta das Comunicações.

Para ter uma pena menor, Youssef assinou um acordo de delação no qual se compromete a revelar o que sabe sobre o esquema de suborno da Petrobras.

O doleiro corria o risco de ser condenado a mais de cem anos de prisão. Ele é acusado de comandar um esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado R\$ 10 bilhões, com desvios na estatal e ramificações em partidos como PP, PT e PMDB.

OUTROLADO

A senadora Gleisi Hoffmann diz em nota que as contas de sua campanha foram aprovadas pela Justiça eleitoral sem qualquer ressalva.

Ela disse que não conhece o doleiro nem o ex-diretor da Petrobras. Segundo a senadora, seus advogados estão estudando o que fazer no caso já que ela não teve acesso aos depoimentos prestados após o acordo de delação.

Paulo Bernardo negou ter pedido qualquer contribuição ilícita a Costa. Ele disse conhecer o dono do shopping, mas negou que a campanha de sua mulher tenha recebido recursos ilegais.

A Folha não conseguiu localizar o empresário.

05 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

A idade da razão

Volta ao debate projeto que eleva idade da aposentadoria compulsória; oportuna, medida deveria valer para todo o funcionalismo

Ressurgiu com força, mas por motivos inapropriados, o debate a respeito da chamada PEC da bengala, que altera a idade com a qual membros das cortes superiores e do Tribunal de Contas da União são obrigados a se aposentar.

Pelas regras atuais, a carreira no funcionalismo se encerra de forma compulsória aos 70 anos. Se a emenda à Constituição for aprovada, esse limite se elevará para 75 anos no caso desses ministros.

Tendo passado pelo Senado em 2005, a proposta está parada na Câmara dos Deputados desde 2006. Agora talvez volte a andar. Ao que parece, peemedebistas rebelados repentinamente se deram conta de que, sem mudanças legais, a partir de 2016 o Supremo Tribunal Federal terá 10 de seus 11 integrantes indicados por governos do PT.

Essa maioria decerto pode implicar distorções institucionais. Os fatos, porém, não ajudam o argumento. Basta lembrar que as condenações do mensalão foram decididas por um plenário em que predominavam nomeações feitas pelo ex-presidente Lula (PT) ou pela presidente Dilma Rousseff (PT).

De resto, se um candidato petista vencer a eleição presidencial de 2018, alguém pedirá que a Carta seja alterada mais uma vez, quem

sabe permitindo que os ministros escolhidos por administrações anteriores fiquem no STF até os 85 anos? O casuísmo é evidente.

Há outras razões, no entanto, para apoiar a PEC da bengala — e defender que seu princípio seja válido para todo o funcionalismo. É o que esta **Folha** faz desde 2008.

O elemento central diz respeito à demografia. Com o envelhecimento da população e a melhoria das condições de vida, não faz sentido impedir que se trabalhe no serviço público até idade mais avançada.

A expectativa de vida saltou de 52,4 anos em 1960 para 74,6 hoje; estima-se que chegue a 81 anos em 2050. Se em 1960 1,6% dos brasileiros passavam dos 70 anos e hoje são 4,8%, em 2050 mais de 15% da população deve ir além dessa idade.

Assim, é não só possível que a compulsória seja adiada mas também desejável, a fim de evitar o colapso do sistema previdenciário.

Quanto à renovação de quadros nos órgãos de Estado, é duvidoso que os cinco anos a mais constituam grave bloqueio à oxigenação institucional. Basta, de todo modo, criar regras que dificultem o engessamento da estrutura burocrática, como a imposição de rotatividade nos cargos de direção.

Quem quiser se aposentar aos 70 anos, ou mesmo antes, ainda poderá fazê-lo, mas por sua própria vontade. O setor público brasileiro não está em condições de expulsar funcionários experientes e qualificados em decorrência de uma regra que já caducou.

05 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Itália cita mortes na Papuda em decisão favorável a Pizzolato

Extradução foi negada porque juízes entenderam que petista não teria direitos fundamentais garantidos ao cumprir pena

Insegurança em prisões foi o único argumento aceito pela corte, que refutou a hipótese de 'juízo político'

GRACILIANO ROCHA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM
MÓDENA (ITÁLIA)

As mortes de dois detentos no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, neste ano pesaram na decisão da Justiça italiana que rejeitou o pedido do Estado brasileiro para a extradição do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato.

A Papuda foi um dos três presídios apresentados pelo governo como locais para o petista cumprir a pena de 12 anos e 7 meses por corrupção, peculato e lavagem de dinheiro no processo do mensalão.

No acórdão de 12 páginas divulgado nesta terça (4), a Corte de Apelação de Bolonha diz que o país não apresentou garantias suficientes dos direitos fundamentais de Pizzolato diante do "fenômeno alarmante da falta de segurança e de ordem nas penitenciárias brasileiras".

"A situação que gera violência súbita entre os detentos não se alterou significati-

vamente e ainda há risco (...) as condições dos estabelecimentos penitenciários [brasileiros] não respeitam os direitos fundamentais da pessoa", diz a decisão.

No acórdão, os juízes mencionaram duas mortes ocorridas na Papuda —uma no centro de detenção provisória, em 13 de julho deste ano, e outra na área de recreação da penitenciária, em 22 de agosto. "Tais eventos, citados pela defesa de Pizzolato, não foram contestados pelo Brasil", diz o acórdão.

O governo brasileiro argumentou que o setor onde Pizzolato cumpriria pena não registrou casos de assassinato, mas isso foi considerado irrelevante pela corte italiana.

"No caso específico da Papuda, o complexo penitenciário foi palco de episódios de violência incontrolável e é irrelevante que agressões tenham ocorrido em setores diferentes daquele para onde o Brasil afirma que Pizzolato será levado", diz a decisão.

No dia da decisão, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, havia dito que não era possível avaliar o sistema penitenciário de forma generalizada e que os presídios indicados para Pizzolato cumprir sua pena —a Papuda e os de Curitiba e Canhandu-

ba, em SC— são "completamente adequados".

ÚNICO MOTIVO

A falta de segurança das prisões brasileiras foi a única razão da corte para negar a extradição e libertar Pizzolato. Os juízes italianos não aceitaram a argumentação do petista de que o julgamento do mensalão foi político ou que ele teve cerceado o direito de defesa.

"É infundada a dedução de [que o julgamento foi político] porque os crimes pelos quais Pizzolato foi condenado não são crimes de opinião, tipicamente políticos, mas delitos comuns sem qualquer conotação política da conduta ilícita", diz o acórdão.

Quando saiu da prisão, há uma semana, Pizzolato disse que a Justiça italiana era melhor que a brasileira porque "não se deixa conduzir pela imprensa, não se deixa conduzir pela TV. Aqui os juízes seguem leis, seguem provas. Não fazem como no Brasil, que escondem documentos para condenar inocentes".

A partir de agora, o Ministério Público italiano e o governo brasileiro têm 15 dias para recorrer à Corte de Cassação da Itália. Depois disso, o novo julgamento pode demorar até 12 meses.

05 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Indústria vai à Justiça contra lei que proíbe sacolinhas Banimento em SP É legal, define TJ

CLAUDIA ROLLI
DE SÃO PAULO

A indústria do plástico deve entrar com recurso até sexta-feira (7) no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo contra a decisão do órgão especial do TJ que definiu que é legal a lei que proíbe a distribuição de sacolinhas plásticas na cidade de São Paulo.

“Como o acórdão dessa decisão foi publicado no ‘Diário Oficial’ na sexta passada e disponibilizado no cartório ontem [segunda], temos prazo para recorrer até a próxima segunda [10]”, diz o advogado Jorge Luiz Kaimoti Pinto, que representa o Sindiplast (Sindicato da Indústria do Material Plástico do Estado de São Paulo).

Ele diz que deverá optar por um embargo de declaração —recurso que tem efeito suspensivo—, o que impede a aplicação da lei e, portanto, a proibição da distribuição das sacolinhas, até a decisão definitiva sobre o caso.

“Um dos argumentos do recurso é que a lei municipal contradiz outras decisões do TJ, que já negou em 42 outras ações a competência de um município legislar sobre uma matéria que é de competência da União”, diz o advogado.

Procurada, a prefeitura não havia sido notificada sobre o acórdão.

Justiça nega anulação de sentença e manda prender Gil Rugai

DE SÃO PAULO - O TJ (Tribunal de Justiça) de São Paulo decidiu negar o pedido de anulação do julgamento que condenou o ex-seminarista Gil Rugai pelo assassinato do pai e da madrasta em março de 2004.

A corte determinou a prisão imediata de Rugai, condenado a 33 anos e 9 meses de prisão em fevereiro de 2013. A defesa entrou com um recurso contra as provas apresentadas.

De acordo com o voto do relator da apelação, desembargador Luis Soares de Mello Neto, os argumentos usados pela defesa não são suficientes para mudar a decisão já tomada.

O advogado Marcelo Feller, que defende o ex-seminarista, disse que Rugai vai se entregar se não houver nenhuma decisão mandando suspender a decretação da prisão.

PAINEL DO LEITOR Salários de juízes

Juízes, promotores e defensores públicos reclamam de que eles são em número insuficiente e que é necessário aumentar seus efetivos para resolver a crise no sistema penal. Mas como fazer isso com os salários elevadíssimos que eles recebem? O orçamento do Judiciário não dará conta de tanta ganância. A verdade inextinguível é simples: para uns viverem em palácios como marajás, muitos têm de viver em masmorras. Essa é a triste realidade do Brasil.

ALOÍSIO DE ARAÚJO PRINCE, (Belo Horizonte, MG)